

VISÃO DO CORREIO

Brasil precisa frear o avanço da chikungunya

De cada 10 casos confirmados de chikungunya no mundo neste ano, dois ocorreram no Brasil. A região das Américas soma quase a metade dos registros da doença: 124.942. Considerando apenas essa parte do globo, a situação brasileira desperta ainda mais preocupação — o país responde por 56% dos casos suspeitos, mais que a metade. Não à toa, a Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (Opas/OMS) emitiu, na semana passada, um novo alerta para a importância de mitigar o risco de surtos na região.

Transmitida pelo *Aedes aegypti*, a chikungunya acumula uma série de características que dificulta autoridades da saúde a cumprirem a recomendação da agência internacional. O controle do mosquito é uma delas. Falta de saneamento básico, acúmulo de lixo e crescimento urbano desordenado facilitam a vida do inseto e são realidade em boa parte das regiões brasileiras — basta lembrar levantamento recente do IBGE indicando que três de cada 10 residências do país não têm esgoto ligado à rede geral. O aquecimento global impulsiona ainda mais o *Aedes*, que tem introduzido chikungunya, dengue e zika em áreas inimagináveis, como a Europa.

O manejo dos infectados é outro desafio. Enquanto a recuperação de uma pessoa com dengue demora em média 10 dias, estima-se que mais da metade daquelas com chikungunya sofrerão com a fase crônica da doença, caracterizada por dor intensa e incapacitante que pode persistir por anos. Obviamente, o atendimento demandado por esses pacientes, além de duradouro, é mais complexo, envolvendo diversas especialidades em saúde e até mesmo suporte previdenciário.

Estudo recente do grupo *British Medical Journal* calcula que os anos de vida perdidos devido a incapacidade ou morte por chikungunya no mundo totalizaram, de 2011 a 2020, 1,95 milhão. A maior perda foi a do Brasil: 329 mil, contribuindo com 17% da carga total. Os cientistas britânicos também estimam que os

gastos com a doença no período foram de aproximadamente US\$ 50 bilhões — provavelmente subestimados, enfatizam —, com “o maior ônus de custos principalmente devido ao alto número de casos no Brasil, na República Dominicana e na Colômbia”.

É bem verdade que, hoje, a situação brasileira melhorou — neste ano, há uma redução de cerca de 55% dos casos da doença em comparação ao mesmo período de 2024. Mas não se pode ter tranquilidade com uma ameaça tão traiçoeira. “Os *Aedes*, principalmente o *Aedes aegypti* no Brasil, estão chegando a áreas onde não existiam”, alertou ao **Correio** César Omar, doutor em medicina tropical e professor da Universidade Católica de Brasília (UCB).

No momento, a região Centro-Oeste concentra a maior quantidade de casos prováveis: 64 mil dos quase 120 mil. Mas não é exagero afirmar que o resto do país também está sob perigo. Como a doença é relativamente nova no Brasil — o primeiro caso de transmissão dentro do território nacional se deu em 2014, no Amapá —, é baixa a exposição da população ao vírus, o que a deixa mais suscetível a infecções e favorece a explosão de casos, como aconteceu com a epidemia histórica de dengue em 2024, quando passaram a circular sorotipos do vírus pouco comuns no país.

Além do drama interno, é preciso que o país se atente à possibilidade de se tornar um exportador da doença. Há condições para isso: dimensões territoriais, um mosquito fortalecido e o número expressivo de casos confirmados, além da facilidade de deslocamento das pessoas nos tempos atuais. Sem dúvidas, a reconhecida capilaridade do Sistema Único de Saúde (SUS) pode ajudar a reverter esse processo, tornando a preocupação com a chikungunya uma prioridade desde os grandes centros urbanos aos lugares mais remotos do país. Mas tem que começar agora. Especialistas alertam com unanimidade que não se baixa a guarda contra o *Aedes* em momento algum.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Anistia

Mais do que perplexidade, é assustador ver a movimentação política no Congresso visando aprovar um projeto, a toque de caixa, para anistiar o golpista e ex-presidente Jair Bolsonaro e todos os seus cúmplices, traidores e vendilhões da pátria. Mais do que premiar a impunidade, esse conluio representa a continuidade da trama golpista que foi criminosamente arquitetada contra a nossa democracia. Será o mesmo que pretender rasgar e jogar no lixo a nossa Constituição. Tal anistia, se for consumada, será a subjugação de nossa soberania às rédeas de um governante estrangeiro que se proclama dono do mundo, como um imperador nazifascista, impellido pelas forças cegas das suas ambições descontroladas de poder que já têm demonstrado os resultados maléficos para o mundo, ao promover o ódio, a opressão, a exclusão e a morte dos mais fracos e mais pobres, além das suas políticas guerreiras e antiambientais. O intento dessa anistia é também humilhante quando se vê a inércia e a acomodação passiva de grande parte dos brasileiros.

» **Geraldo Martins**
Brasília

Desconfiança

A declaração do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, de que “não confia na Justiça”, é de enorme gravidade para uma figura pública, ainda mais para quem governa o estado mais importante do Brasil e se apresenta como potencial candidato à Presidência. Trata-se de uma afirmação incompatível com a democracia, que expõe a contradição irreconciliável entre bolsonarismo e moderação. Ao colocar em dúvida a Justiça, leia-se todo o Judiciário, Tarcísio sinaliza a disposição de repetir, em eventual governo, a lógica de embates institucionais e instabilidade que marcou a gestão Bolsonaro. Trata-se de um gesto antirrepublicano da extrema-direita que se radicaliza ainda mais.

» **Gilberto Pereira Tiriba**
Santos (SP)

Exemplo exemplar

Peço desculpas pela aparente redundância no título, mas é a sensação exata que tive ao ler a matéria sobre o governo do presidente

argentino Javier Milei. O fato em questão envolve sua irmã, Karina Milei, secretária-geral da Presidência, depois do famoso cão, Conan, figura central de seu governo. Gravações divulgadas pela imprensa sugerem que Karina estaria envolvida na cobrança de propina de indústrias farmacêuticas para facilitar a venda de medicamentos à rede pública. Contudo, o episódio que verdadeiramente justifica o título foi a reação de Milei: solicitou formalmente à Justiça que os repórteres responsáveis pela divulgação fossem alvos de inquérito policial e de busca e apreensão nas redações e estúdios da emissora que empregam os jornalistas. É o exemplo clássico do manual dos autocratas: em vez de enfrentar a mensagem, eles punem o mensageiro.

» **Marcus Aurelio de Carvalho**
Santos (SP)

Saúde mental

A saúde mental, longe de ser apenas uma questão clínica, é uma experiência existencial. Ela nos obriga a encarar o cotidiano com novos olhos, a reconhecer que o equilíbrio não é um estado permanente, mas uma construção delicada entre o que somos e o que enfrentamos. Conviver com rotinas, medicações, reflexões e momentos de relaxamento não é sinal de fraqueza, mas de coragem: a coragem de cuidar de si. Há uma sabedoria silenciosa em aceitar que precisamos de ajuda — seja ela química, terapêutica ou espiritual. Em um mundo que valoriza a produtividade acima da presença, desacelerar é um ato de resistência. Tomar um remédio, seguir uma rotina, parar para respirar ou refletir não são gestos banais; são afirmações de que a vida merece ser vivida com dignidade e consciência. A saúde mental nos ensina que o sofrimento não é um erro, mas um sinal. Ele aponta para algo que precisa ser olhado, compreendido, acolhido. E nesse processo, descobrimos que cuidar da mente é também cuidar da alma — é reencontrar o sentido, mesmo em meio ao caos. No fundo, a jornada da saúde mental é uma jornada filosófica: ela nos convida a perguntar sobre somos, o que nos afeta, o que nos cura. E, sobretudo, nos lembra que viver bem não é estar sempre feliz, mas estar inteiro — mesmo quando fragmentado.

» **Marcos Fabrício**
Asa Norte

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

No segundo dia do julgamento da tentativa de golpe, Mauro Cid foi o alvo dos defensores de Bolsonaro e seus ministros.

Rubens Almeida — Jardim Botânico

GDF pedirá a Lula apoio para elevar salário de policiais. E a saúde e a educação, não têm vez?

Edu Oliveira — Guará

Está em curso uma movimentação política que soa, no mínimo, suspeita. Governadores e parlamentares que devem seu poder e seus diplomas à democracia agora se apressam em garantir anistia a quem tentou destruí-la.

João Junior — Brasília

Reforma administrativa mira supersalários e privilégios no serviço público: se as mudanças não chegarem ao Legislativo e ao Judiciário, o efeito será pífio.

Marcus Salvador — Asa Norte

Se o Banco Central perder a autonomia, os opositores ao atual governo vão limpar o caixa.

Arnaldo Vieira — Jardim Botânico

Alunos da rede pública do DF embarcam para intercâmbio no Reino Unido. Isso é dinheiro bem gasto. Dando oportunidade para pessoas que, de outra forma, possivelmente não teriam tal chance. Que o projeto se expanda para o país inteiro!

Lucas Castro — Brasília

Ficar insistindo na negociação com os Estados Unidos: se der certo, é bom; se der errado, vamos perder muito tempo para negociar com o resto do mundo.

José Maria Cruz — Brasília



CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dabr.com.br

Trauma para a vida toda

Neste mundo cruel com crianças e adolescentes, o advento da internet ampliou as formas de agredi-los, de oprimi-los. E as plataformas digitais, sem nenhuma regulamentação, propiciam meios de turbinar essa perversidade. O terreno é fértil, especialmente para predadores sexuais.

Os criminosos estupram crianças — inclusive bebês — e adolescentes e filmam ou fotografam a violência para abastecer o mercado da pornografia infantil. Na imensa maioria dos casos, os molestadores são do núcleo familiar das vítimas: pais, mães, irmãos, tios, avós, primos. As redes sociais também são usadas para induzir meninos e meninas, geralmente com ameaças, a produzir conteúdos sexuais.

No Paraná, duas irmãs, de 14 e 16 anos, eram obrigadas pelo pai e pela madrasta de uma delas a produzir pelo menos 10 vídeos diários de conteúdo pornográfico. Os atos sexuais tinham de ser praticados entre as adolescentes e delas com outras pessoas. A polícia investiga se o material era comercializado em redes sociais.

É inimaginável o trauma causado às duas irmãs, os danos emocionais que as afligem e que, possivelmente, marcarão suas existências para sempre. Segundo a mãe das

adolescentes, responsável pela denúncia, o que os criminosos fizeram “acabou com a vida delas”. Assim como esse episódio tenebroso do Paraná, ocorre rotineiramente um sem-número de outros por todo o país.

É preciso ter em mente que cada foto, cada vídeo corresponde a uma criança ou um adolescente violentado. Os que produzem, oferecem, compartilham ou armazenam pornografia infantil cometem crime. Quem tem posse ou compartilha o material, ainda que não machuque as vítimas diretamente, contribui para que essa engrenagem nefasta continue a ser movimentada pelo sofrimento delas.

Forças de segurança pública têm combatido a pornografia infantil — vemos operações serem deflagradas pelo país. E é missão hercúlea localizar os abusadores, porque eles usam todo tipo de artimanha no subterrâneo da internet para não serem rastreados. Mas está sendo feito. Em conjunto com o trabalho da polícia, porém, urge disciplinar as redes sociais. As plataformas digitais têm, sim, de se responsabilizar pelos conteúdos postados por usuários. Regular as mídias digitais é, também, proteger, sob vários aspectos, a infância.

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houera, lá chegará”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00

Assine
(61) 3342-1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp

*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 991.58.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anuncie
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2586 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A. Press. Tel: (61) 3214-1131



D.A. Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h / domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.udapress.com.br